



Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular

Encontro Nacional do Movimento
dos Atingidos por Barragens

2 a 5 de setembro de 2013 | São Paulo/SP



PRINCIPAIS AFIRMAÇÕES POLÍTICAS DO 7º ENCONTRO NACIONAL DO MAB

São Paulo, Brasil, 2 a 5 de setembro de 2013

A partir da reação contra as várias formas de injustiça cometidas antes, durante e depois da construção de barragens no Brasil, há mais de 22 anos o Movimento dos Atingidos por Barragens reafirma-se como um movimento popular, autônomo, de caráter nacional e rostos regionais, que luta para conquistar e garantir direitos da sua base social e, com outras forças, construir um Projeto Energético Popular, no rumo de uma sociedade sem opressão.

Neste encontro¹ histórico, nós, atingidos/as por barragens e ameaçados/as por novos projetos, reunidos em São Paulo de 2 a 5 de setembro de 2013, avaliando a contribuição do MAB no processo de lutas do último período e o momento que estamos vivendo, protestamos nas ruas, confraternizamos, elaboramos orientações extraídas de nossa experiência, de nossa história e de nossos sonhos e afirmamos:

1. NOSSO OLHAR SOBRE O MOMENTO

Consideramos como pontos centrais do atual momento:

- 1.1. Que há uma crise do modo de produção capitalista que vive da exploração da classe que trabalha, criando uma intensa disputa dos grandes grupos econômicos para retomar as taxas de acumulação de riquezas. Esses grupos querem que seus países de origem (em especial os Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra) avancem nas inovações tecnológicas para dominar, ainda mais, os setores estratégicos na área da produção. Eles buscam, nos países chamados “subdesenvolvidos”, extrair altas taxas de lucratividade através do controle dos territórios, apoderando-se dos recursos naturais (água, petróleo, terra, minerais)

¹ Em torno de 2500 homens, mulheres e crianças atingidos/as, vindos de 17 estados do Brasil (PA, MT, GO, TO, MA, RO, CE, BA, PE, PB, PI, MG, SP, RJ, PR, SC, RS), representantes de 20 países (Colômbia, Peru, Panamá, El Salvador, Holanda, Guatemala, Cuba, México, Argentina, EUA, Canadá, Suécia, Nicarágua, Áustria, Espanha, Noruega, Itália, Venezuela, Colômbia e Uruguai) e a presença de 65 entidades parceiras e apoiadoras da luta dos atingidos/as.

e intensificando a exploração do trabalho dos trabalhadores, tudo para obter rendas diferenciais, acima da média.

- 1.2. Que a energia ocupa um papel central na atual sociedade, possibilitando a ampliação da capacidade de trabalho dos trabalhadores, gerando maior quantidade de valor. No Brasil, este recurso estratégico é comandado pelas grandes empresas transnacionais centralizadas pelo capital financeiro. A política energética nacional é decidida por estes setores empresariais e pela burocracia estatal, sem qualquer participação ou controle popular. Nesta lógica, a atual política energética viola os direitos dos atingidos/as e precariza o trabalho dos trabalhadores eletricitários e dos operários na construção das obras, além de aumentar os preços das tarifas de energia e retirar o poder e a capacidade das empresas estatais do setor elétrico.
- 1.3. Que neste movimento do capital, o poder econômico procura submeter os Estados nacionais e os espaços institucionais (executivo, legislativo e judiciário) para colocá-los a serviço dos interesses das grandes empresas, criando as melhores condições para sua atuação. Quando há reações dos poderes instituídos, a prática tem sido a constante tentativa de desestabilização e a derrubada de eventuais obstáculos aos seus objetivos. Para o capital, não há legalidade que impeça seu avanço.
- 1.4. Que, assim como em muitos lugares no mundo, o Brasil eclodiu em um intenso movimento social, protestando e exigindo soluções diante da situação que o povo vive. Estas manifestações criaram um novo estado de ânimo da juventude e das massas, recuperaram as ruas como lugar essencial para a conquista de direitos e apontaram que é possível e justo sonhar com uma nova ordem social.

2. LINHAS POLÍTICAS A SEGUIR NO PRÓXIMO PERÍODO

Fiéis aos nossos objetivos, à nossa história e olhando o momento pelo qual passamos, nós do MAB apontamos as seguintes linhas orientadoras para nossa ação:

2.1. Priorizar a luta específica dos atingidos

- 2.1.1. Seguir **a luta de resistência** em todo país, onde os atingidos/as e os ameaçados/as tenham o direito de participar, de forma coletiva, na decisão sobre as obras. Esta luta, além de ser uma bandeira histórica do MAB, mais do que nunca se configura numa forma concreta de resistência dos atingidos em defesa de seus direitos.
- 2.1.2. **A luta permanente pelos direitos** sociais e pela elaboração de projetos de recuperação e desenvolvimento das comunidades e municípios atingidos, exigindo a formulação e o cumprimento de uma política nacional de direitos, com fundos que financiem a realização de seus objetivos.
- 2.1.3. A **defesa do meio ambiente**, pelo uso sustentável dos recursos naturais, visando o desenvolvimento do país e melhores condições de vida para toda a população.
- 2.1.4. A luta pela **diminuição do preço da luz e do gás**, pelo direito ao acesso e pela qualidade na prestação de serviços na área da energia.

- 2.1.5. A luta **contra a privatização** (da água, da energia, do petróleo, da educação, da saúde, das estradas...) e pela distribuição da renda com soberania.
- 2.1.6. A intensa **articulação com a classe operária** em torno do tema energia/produção/indústria, tendo como base a Plataforma Operária e Camponesa da Energia.
- 2.1.7. O reforço na **construção latino-americana** do Movimento dos Afetados por Represas e do Foro Latino Americano e Caribenho dos Trabalhadores da Energia.

2.2. Avançar na construção do Projeto Energético Popular

- 2.2.1. Defender que a energia para o consumo ou para as atividades produtivas deve sempre visar à **satisfação das necessidades de toda a população**, unindo um alto grau de desenvolvimento humano com a adequada sustentabilidade ambiental.
- 2.2.2. A energia é um bem estratégico para a **soberania do país**. Por isso é necessário o controle popular sobre as fontes estratégicas para a produção de energia.
- 2.2.3. Buscar a **ampla participação popular** no planejamento, organização e controle da produção e distribuição da energia, assim como da riqueza gerada.
- 2.2.4. A produção e distribuição de energia são serviços públicos, portanto devem **ser estatais e estarem sob controle popular**.
- 2.2.5. Lutar para que sejam garantidos os **direitos dos trabalhadores** do setor energético, da construção das obras, dos consumidores da energia, das empresas estatais e dos atingidos pelas obras.
- 2.2.6. Garantir uma **política tarifária baseada no real custo de produção** da energia.
- 2.2.7. A **construção de instituições políticas** que garantam e atendam os interesses populares na área da energia.

2.3. Participar nas lutas gerais do povo

- 2.3.1. Fortalecer a **construção da unidade** e das lutas unitárias dos movimentos populares e sociais e de toda a esquerda.
- 2.3.2. Contribuir, de maneira intencional, na **construção do bloco político do Projeto Popular**, priorizando os aspectos da organização, formação e lutas.

2.4. Fortalecer a organicidade do Movimento

- 2.4.1. Prosseguir na construção dos **grupos de base** do MAB e na qualificação política da sua coordenação.
- 2.4.2. Garantir o funcionamento e o acompanhamento necessário às **instâncias** onde o MAB está organizado.
- 2.4.3. Garantir a presença do Movimento **em todas as regiões do país e nas capitais**.

- 2.4.4. Estimular e criar espaços para ampliar a **participação dos jovens, mulheres e crianças** na organização.
- 2.4.5. Ampliar a presença e trabalho **nas áreas urbanas**.
- 2.4.6. Persistir na construção da **autonomia política e financeira**.

2.5. Cultivar os princípios que animam a militância

A militância do MAB é movida pela esperança. O segredo da garra e da ternura é a crença na justeza de sua causa. Por isso, rejeita a ilusão, o fatalismo, as vitórias aparentes e busca a coerência entre o que faz e o que anuncia. Por saber que o exemplo é a melhor forma de semear o sonho de um mundo justo, fraterno e livre, cultiva valores como:

- 2.5.1. **O amor pelo povo e pela vida**, razão de sua entrega e de seus esforços e a sementeira de novos militantes.
- 2.5.2. **O companheirismo** como forma superior de relação entre as pessoas que caminham no mesmo rumo.
- 2.5.3. **A solidariedade** que se compadece do ser humano e ajuda o oprimido a se realizar como gente e como povo.
- 2.5.4. **A simplicidade** e a iniciativa criadora, postura que rejeita toda arrogância e toda forma de submissão.
- 2.5.5. **O respeito à cultura, à história e à memória subversiva**, símbolo e herança de tanta gente que nos antecedeu.
- 2.5.6. **A superação**, como busca contínua do conhecimento transformador para ser mais, individual e coletivamente.
- 2.5.7. **O internacionalismo**, onde o amor por uma pátria feliz nos faz lutar por uma pátria feliz para todos os povos.

3. PLANO DE LUTAS

Acreditamos que a luta coletiva é a única forma de avançar. Por isso, nos propomos a construir, de forma permanente, **ousados planos de lutas**, entendidos como processo e desafio de toda militância, homens e mulheres, jovens e crianças.

Para isso, precisamos **transformar** cada uma destas linhas políticas, orientadoras de nossa ação, **em reivindicações e pautas populares**, que possam gerar **grandes lutas e conquistas concretas** para resolver os problemas do povo, contribuir no avanço da consciência de classe e juntar-se a luta da nossa gente, **por um mundo justo, solidário e feliz**.

Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular